Periódico
MFN 52
ex. 2

Janeiro/Fevereiro de 1989
Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 2.º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.090
ISSN 0101 - 3467

SPHAN 45 *pró*Memória

Fordlândia e Belterra

Na Amazônia, um patrimônio a preservar



Com um amplo registro fotográfico do acervo de bens móveis e imóveis das duas localidades, a SPHAN/*pró* Memória, através da 1.ª Diretoria Regional e da *pró* Memória Vídeo, deu início, no final do ano passado, a estudos voltados para a preservação de Fordlândia e Belterra, núcleos urbanos implantados em plena floresta amazônica, à margem direita do rio Tapajós, no Pará, em fins da década de 20 e início dos anos 30 deste século, pela Companhia Ford Industrial do Brasil, subsidiária da Ford Motor Company, como bases para o desenvolvimento do projeto idealizado pela empresa norte-americana visando à produção de borracha em território brasileiro.







Hoje, habitadas por brasileiros, entre os quais muitos funcionários aposentados que trabalharam, em diferentes épocas, no empreendimento, Fordlândia e Belterra são testemunhos materiais da passagem dos norte-americanos pela Amazônia brasileira, na tentativa de tornarem-se auto-suficientes em borracha, matéria-prima indispensável ao atendimento das necessidades de suas indústrias automobilísticas e de artefatos de borracha.

Essa aventura, abordada em vários compêndios de história econômica, no entanto, é pouco conhecida. Resgatar a história do empreendimento é resgatar parte importante da própria história das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos, para melhor compreendê-la. Dentro de seu âmbito de atuação, é essa a intenção da SPHAN/*pró*Memória, que tem por filosofia de trabalho privilegiar não somente o patrimônio monumental consagrado de passado mais remoto, como também aquele representado por bens culturais contemporâneos ou não, particularmente os de cunho popular impregnados de forte conteúdo histórico-econômico.

Ao mesmo tempo em que estuda formas de preservação de Fordlândia e Belterra, a SPHAN/*pró*Memória pretende realizar um vídeo sobre as duas localidades, com a finalidade de resgatar a história do empreendimento norte-americano, desde as suas origens até o seu desfecho, particularmente através da memória oral de trabalhadores que vivenciaram a experiência e que ainda hoje habitam aquelas cidades. O vídeo pretende abordar, também, a realidade atual das comunidades locais e o significado da preservação dos núcleos. A produção do vídeo está a cargo da *pró*Memória Vídeo (*SPHAN* n.º 41, págs. 12 e 13), que já tem pronta a pesquisa sobre o assunto.

Infra-estrutura

As zonas urbanas de Fordlândia e Belterra imitam a estrutura de qualquer cidade pequena dos Estados Unidos, com muito espaço entre as casas, ruas largas e arborizadas, jardins gramados e hidrantes espalhados por toda parte.

As duas cidades são administradas pelo Ministério da Agricultura, que, através de sua Delegacia Federal no Pará, mantém naquelas localidades escritórios dirigidos por funcionários que lá residem. O Ministério assumiu essa responsabilidade em 1945, ano em que a Ford Motor Company decidiu desativar o projeto e transferir todo o seu acervo para o Governo brasileiro (ver box).



Fotos: Jorge Derenji

Exemplo de moradia, em madeira, na área residencial de Fordlândia

A Companhia Ford Industrial do Brasil investiu pesadamente em infra-estrutura: de 1928 a 1934, em Fordlândia, e de 1935 até 1940, em Belterra. De 1941 até a extinção da empresa são inexpressivos os investimentos. Em ambos os lugares as alocações fizeram-se nas áreas de saúde, energia elétrica, abastecimento d'água, educação, transporte e infra-estrutura portuária, comunicações, lazer, moradia e pesquisa tecnológica.

Na área de saúde, além de um hospital provisório, montado em 1928, quando da fase inicial de implantação do projeto, a Companhia montou e manteve dois grandes e sofisticados hospitais, um em Fordlândia e outro em Belterra — "Hospitais Henry Ford", em homenagem ao dono da Ford Motor Company, que, aliás, nunca esteve no Brasil em visita ao empreendimento, o mesmo ocorrendo com seus descendentes. A Companhia manteve, também, serviços de medicina preventiva que incluía patrulhas sanitárias equipadas para o saneamento sistemático dos seringais.

Para o fornecimento de energia elétrica, a Companhia implantou duas casas de força, uma em cada localidade,e montou toda a estrutura de distribuição dessa energia. Foram construídos modernos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água. Desse sistema de energia e água, restam hoje apenas os resistentes canos de ferro, as caixas d'água elevadas a uma altura de 72 metros e, em Fordlândia, as imensas caldeiras desativadas. Nessa cidade, se antes a luz podia ficar ligada o dia todo,hoje a energia é racionada para economizar o óleo diesel que impulsiona os geradores. Em Belterra, a energia é fornecida pela Companhia Elétrica do Pará.





Na casa de força, o gerador que fornece, hoje, energia elétrica racionada para Fordlândia

Seis escolas foram construídas, quatro delas em Belterra e as demais em Fordlândia. Mais de 70 quilômetros de estradas foram abertos e mantidos e dois portos montados — um deles, o de Belterra, flutuante.

Uma estação de rádio e sistema de telefonia foram instalados. Estruturas de lazer foram preparadas para o *staff* — conjunto de elementos que ocupavam os cargos de direção, divididos em *staff* americano e *staff* brasileiro — para os funcionários de escritórios e administração e para os operários.

Cerca de duas mil casas de trabalhadores, vilas para os *staffs* americano e brasileiro e mais de 30 barracões para alojar trabalhadores sem famílias foram erguidos.

Relativamente à pesquisa, foi montado laboratório para pesquisas químicas e análise de solo, e, em 1935, em torno de 900 hectares de plantação de borracha foram transformados em área de experimentos.



Barracão para operários, Fordlândia

A visão das comunidades

"(. . .) o senhor não pode fazer idéia do que era isto aqui! O americano tinha uma das cidades mais asseadas do Pará e do Amazonas; não tinha uma cidade que se comparasse com Fordlândia (. . .). Nós tínhamos todo apoio dado pelo americano; nós ganhávamos salário mínimo quando entrávamos aqui; o que ganhava salário para sua família tinha direito a colégio, com todo equipamento (. . .), assistência médica, dentária, tudo. . . tudo era dado pelo americano." — Miguel Guimarães Souza, 80 anos, lavrador, ex-funcionário da Companhia Ford Industrial do Brasil, em Fordlândia.

"(. . .) a vida em Fordlândia era muito boa na época da Companhia Ford. A gente lembra com saudade daquela época, porque tinha tudo. Coisa que hoje não temos. Não é falar mal do Governo, mas é a realidade." — Emanoel Cristóvão Serique, 58 anos, administrador de Fordlândia, ex-funcionário da Companhia Ford Industrial do Brasil.

"Agora está tudo acabado, mas isso aqui era uma maravilha. Nem Santarém tinha a quantidade de carros que tinha aqui em Belterra. Estou-lhe dizendo com sinceridade; tudo era muito bonito mesmo. Bem organizado mesmo." — Raimundo Miranda Lopes, 59 anos, aposentado, seringueiro, ex-funcionário da Companhia Ford Industrial do Brasil, em Belterra.

"Vivi até os seis anos em creche (. . .). (. . .) agradeço a Deus por ter sido criado dentro de uma creche gerida pelos americanos, porque naquela época isso me deu estrutura física, o que prevaleceu no intelecto também, (. . .) minha mãe não tinha condições de me dar o que eles me davam." — Chardival Moura Pantoja, 49 anos, administrador de Belterra.

Nostalgia. Este é o sentimento que domina os depoimentos dos habitantes de Fordlândia e Belterra. Este sentimento está presente principalmente nas falas dos mais velhos, daqueles que trabalharam na Companhia Ford Industrial do Brasil ao longo dos 18 anos de sua existência — em 1945, os americanos deram por encerradas as atividades da Companhia e transferiram todo o acervo para o Governo brasileiro (ver box).

Aposentados e funcionários públicos da ativa ligados ao Ministério da Agricultura constituem a maioria da população de Fordlândia e Belterra, num total de cerca de sete mil habitantes, de acordo com dados da Delegacia Federal da Agricultura no Pará.

Os mais velhos, quando entrevistados, não deixam de fazer comparações entre "o tempo dos americanos" e a situação em que vivem atualmente, que, segundo eles, é de "grande carência" em oposição à "fartura" oferecida pela Companhia Ford aos trabalhadores e às suas famílias.

"Tínhamos vários médicos e assistência gratuita para toda a família. O Hospital Henry Ford, hoje, está praticamente desativado, com aparelhos parados e sem médicos e enfermeiros.



Em Belterra, o Hospital Henry Ford

Não sei como o Governo pôde deixar que um projeto tão bonito acabasse assim." — Coriolano Garcia de Oliveira, 75 anos, aposentado, ex-funcionário da Companhia Ford Industrial do Brasil, em Fordlândia.

"(. . .) casas boas, a energia, água, luz, tinha o tempo todo. Agora não tem mais (. ..)." — Eny Jansen Branco, 52 anos, diretora da Escola Princesa Isabel, em Fordlândia.

"(. . .) eles davam assistência a todos os setores da vida do elemento humano. Nesse aspecto, foi muito importante a presença dos americanos, porque eles assistiam a todos os setores: na educação, na saúde, que são os elementos principais para a pessoa (. . .)." — Chardival Moura Pantoja, administrador de Belterra.

Em troca dessa assistência e do salário, os americanos, segundo os depoimentos, eram rígidos quanto ao trabalho. As normas trabalhistas, rigorosas, previam uma série de punições, desde suspensão até demissão sumária. "Os americanos tinham uma administração muito rígida com o pessoal

que estava sob a sua administração. Apesar de ser rígida, não significava subjugar o funcionário. Era uma rigidez em termos de horário, de trabalho; a tarefa tinha que ser cumprida à risca", diz o administrador de Belterra.

Organização social

Se havia um bom relacionamento entre patrões e empregados, não se pode afirmar; no entanto, americanos e trabalhadores viviam num regime de igualdade social: enquanto os primeiros moravam na Vila Americana, um conjunto de residências isoladas das demais — até hoje existentes em bom estado de conservação em Fordlândia e Belterra —, dotadas de equipamentos que asseguravam todo o conforto aos moradores (móveis importados, assim como as instalações sanitárias e elétricas, quadros, lustres e ventiladores), os funcionários, dependendo do posto que ocupavam, residiam em casas mais modestas, distribuídas nas quadras que compunham as cidades. Os trabalhadores solteiros ocupavam grandes galpões, divididos em pequenos apartamentos.

Os americanos mantinham, também, clubes privados para a sua diversão — os chamados "Clubs House" —, separados dos locais de lazer destinados aos trabalhadores.

Decadência

Com a compra das terras da Companhia Ford Industrial do Brasil pelo Governo brasileiro, Fordlândia e Belterra — que nas décadas de 30 e 40 foram sinônimos de sofisticação e infra-estrutura moderna — entraram em processo acelerado de deterioração. Desde então, o Ministério da Agricultura exerce na área atividades que não são de sua competência: arca com despesas de fornecimento de energia elétrica, esgoto, abastecimento d'água, educação e saúde.

O próprio delegado da Agricultura no Pará, Holderlei da Silva Rodrigues, reconhece que essa situação entrava o desenvolvimento da área. "Não existe um projeto Belterra, um projeto Fordlândia", diz. "Nós suportamos aquele negócio com recursos orçamentários de manutenção da Delegacia, para não deixar uma população de sete mil habitantes sem água, luz, etc. Na verdade, os moradores de Fordlândia e Belterra não pediram para serem gerenciados pelo Ministério da Agricultura", finaliza.



Fordlândia, interior de uma moradia

Por sua vez, o Professor Percílio dos Santos Fernandes, de Fordlândia, explica que a causa da decadência das duas localidades está na passividade de seus habitantes, "que estão sempre a esperar melhorias através de atos externos e não se organizam para lutar por elas". Para ele, o motivo dessa passividade é o paternalismo, que vem desde a época da Companhia Ford.

"Os americanos tratavam muito bem os trabalhadores. Então, o que aconteceu? O povo ficou mal acostumado, só querendo receber. Esse foi o mal. . . Se cada um procurasse desenvolver o seu trabalho sem depender de ninguém, não estaríamos sofrendo as conseqüências hoje. No caso de Fordlândia e Belterra, o paternalismo imperou; e o resultado aí está, a gente está vendo: o povo não tem uma maneira de se manifestar. Fica sempre esperando o Governo."

Segundo depoimentos de moradores, Fordlândia e Belterra não estão em maior decadência graças à "tenacidade" de seus habitantes que, apegados àquelas terras, teimam em continuar lá residindo, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, desde a precariedade de abastecimento — o transporte é feito por barcos, que levam mais de quatro horas para chegar a Itaituba, o grande município mais próximo — até a falta de assistência médica — em Fordlândia, por exemplo, médico aparece de vez em quando e por poucos dias, obrigando, em caso de emergência, o deslocamento até Santarém, distante mais de nove horas por via fluvial.

Apesar da nostalgia e um certo desalento provocados pelas comparações entre passado e presente, há os que esperam "dias melhores" para Fordlândia e Belterra. Para estes, esta esperança poderá concretizar-se caso o Governo Federal execute um programa de reforma agrária na área, projeto em cogitação no Ministério da Agricultura.

"O que espero, justamente, é que tenha melhoramento para nós. Nós estamos esperando. . . bem, eu moro aqui; eu espero que mais tarde o Governo ceda o terreno permanente para nós. Todos esperamos isso em Belterra." — Raimundo Miranda Lopes, aposentado, seringueiro, em Belterra.

Borracha

A produção de borracha ainda é uma atividade que dá sustento a uns poucos seringueiros em Belterra. Cerca de 250, segundo o administrador, vivem da extração do látex, "mas com pouca produção; é mais uma questão de sobrevivência." Hoje, ele diz, a produção de 10 toneladas por dia na época áurea do seringal não é conseguida em um mês. O seringal está decadente não só por causa da idade e dos maus-tratos, como também por não ter havido expansão do plantio.

O seringal é administrado por uma cooperativa de serigueiros, com autorização do Ministério da Agricultura. A produção é comercializada por essa cooperativa, que, com o dinheiro, paga seus associados, que ganham de acordo com a produção de cada um.

"Essa cooperativa realmente não tem melhores condições de tocar o negócio, porque faltam recursos", diz o administrador de Belterra. E conclui: "A vida aqui se resume nisso — um pouco do salário do Ministério da Agricultura, um pouco dessa cooperativa dos seringueiros e o resto são agricultores que ainda lutam por alguma coisa, pensando em ganhar um lote mais tarde se houver reforma agrária."

Em Fordlândia, o quadro não é diferente, com um agravante: o isolamento maior em relação a Belterra, que, pelo fato de estar mais próxima de Santarém — cerca de 48 quilômetros —, é melhor atendida e apresenta, por isso, uma situação mais favorável para seus habitantes.

A Companhia Ford Industrial do Brasil: breve relato histórico-econômico

Em 10 de outubro de 1927, foi constituída a Companhia Ford Industrial do Brasil, pessoa jurídica criada pela Ford Motor Company, então a maior empresa do mundo, líder da indústria automobilística dos Estados Unidos. Tinha por objetivo a condução do processo de utilização produtiva de uma concessão de um milhão de hectares de terra, feita pelo Governo do Estado do Pará, às margens do rio Tapajós, nos municípios de Itaituba e Aveiro.

O centro das pretensões era o desenvolvimento de uma plantação gigante de seringueiras. Milhares de trabalhadores foram mobilizados, vastas áreas foram desmatadas e plantadas, maquinismos avançados instalados e dois equipados centros urbanos erguidos em plena floresta amazônica — Fordlândia e Belterra — em função das necessidades do empreendimento.

A determinação da Ford Motor Company em executar o projeto teve origem no Plano Stevenson elaborado pela Inglaterra — então o país que detinha o monopólio mundial da borracha, graças à produção de suas possessões no Sudeste Asiático — com o objetivo de estabelecer o controle da produção, reduzindo a superprodução que ocorria na época, e, a partir dessa manobra, forçar uma elevação do preço do produto no mercado internacional. O plano levou o nome de James Stevenson, o economista que presidiu a comissão nomeada pelo Governo inglês para a formulação da medida.

Os empresários norte-americanos que controlavam as indústrias que tinham na borracha uma matéria-prima indispensável — a indústria automobilística e a de artefatos de borracha — dependiam da importação do produto, pois os Estados Unidos não produziam um grama sequer de borracha. O desembolso em dólares para garantir a importação passou a ser cada vez maior, devido à manobra de elevação de preço promovida pela Inglaterra. Era necessário, portanto, agir para escapar dessa manobra, na visão dos capitalistas norte-americanos. Estes se reuniram com o Governo dos EUA e decidiram estudar as possibilidades de desenvolver plantações de borracha nas Filipinas e América Latina.

A notícia sobre a decisão norte-americana chega ao Brasil, mais precisamente em Belém do Pará, entre fins de fevereiro e início de março de 1923. A partir daí é desencadeada uma série de negociações envolvendo o Governo do Estado do Pará, o Governo Federal, através do Itamaraty e do Ministério da Agricultura, e os industriais americanos, com o objetivo de atrair os capitais dos últimos para a Amazônia.

Uma missão norte-americana visitou o Brasil, com o objetivo de investigar e relatar as possibilidades de desenvolver plantações de borracha na América Latina. Desses estudos resultou um documento que apontava a Amazônia brasileira como local ideal para um empreendimento desse tipo. Foi a partir dos elementos contidos nesse documento que a Ford Motor Company decidiu instalar no Brasil, mais precisamente no Pará, o seu projeto de plantação de borracha. Negociações são estabelecidas e resultam na concessão feita pelo Governo do Pará à empresa norte-americana de um milhão de hectares de terras, à margem direita do rio Tapajós. Para gerir o projeto é constituída a Companhia Ford Industrial do Brasil.

Em 4 de setembro de 1928, chegam ao Pará dois navios — Lake Ormoc *e* Lake Farge *— com equipamentos e materiais para o início das obras projetadas no Tapajós. Antes disso, porém, o desmatamento já se iniciava e diversas instalações foram providenciadas em caráter provisório. O próprio navio* Lake Farge *foi preparado para suprir provisoriamente de eletricidade a sede da plantação — Boa Vista, depois corretamente designada de Fordlândia —, para servir de hospital e, também, de residência temporária para o* staff *americano, sendo para isso aparelhado com ar condicionado e com vasto estoque de alimentos.*

A topografia acidentada de Fordlândia, o fato de lá só poder atracar navios de grande calado no período de águas altas, a considerada grande distância de Santarém e os problemas fitossanitários ("doença das folhas" que ataca as seringueiras) que surgiram fizeram com que a Companhia propusesse uma permuta de terras com o Estado do Pará, solicitando fossem trocadas as terras que compunham um quadrilátero de 281.500 hectares do fundo da concessão por área equivalente situada a aproximadamente 25 milhas ao Sul de Santarém. O Estado do Pará concordou e em 4 de maio de 1934 foi assinado o termo de permuta. Esta nova localidade passou a ser chamada de Belterra, o objeto principal dos investimentos da Companhia após meados de 1934.

Em 1945, após 18 anos de atividades, a Companhia foi extinta por decisão da matriz nos Estados Unidos e todo o seu acervo transferido, a preço simbólico (cinco mil contos de réis, na época), para o Governo brasileiro. Basicamente, o que determinou o fim do projeto foi o fato de a Companhia jamais ter conseguido recrutar número suficiente de trabalhadores para a ambiciosa empreitada. O número máximo que a Companhia conseguiu arregimentar foi de 3.100 em 1931, quando, para atingir as metas estabelecidas, seriam necessários cerca de 18 mil empregados. Além desse fato, o surgimento da borracha sintética como alternativa à natural concorreu para o encerramento das atividades da Companhia Ford Industrial do Brasil.

Nem só de obras vive uma DR

Difundir os variados aspectos do patrimônio cultural e natural de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e valorizá-los junto às próprias comunidades. Esta é a linha básica do método operacional que vem sendo empregado pela 10.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória e que lhe tem possibilitado desenvolver uma série de atividades, todas com custos reduzidos e capazes de despertar o maior envolvimento das populações para a questão da preservação da memória.

Ao articular com outras instituições governamentais e empresas privadas a execução de projetos de difusão cultural, a 10.ª DR vem não só facilitando a obtenção de recursos para a realização das tarefas de fiscalização, conservação e restauração do acervo cultural, mas, principalmente, fazendo dos vários segmentos da sociedade parceiros permanentes.

Qualidade e emoção

Para desenvolver essa ação, que em todos os sentidos tem efeito multiplicador, a 10.ª DR vem trabalhando de forma integrada com outras áreas da SPHAN/*pró*Memória, como a Coordenadoria Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais, o Sistema Nacional de Museus, a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos e a Coordenadoria de Referência Cultural, e fechando parcerias com instituições capazes de complementá-la, em termos de recursos humanos, financeiros e, até mesmo, de conhecimento das especificidades dos locais onde ela necessita atuar.

"Nossa atuação não é paternalista e o nosso objetivo é repassar, paulatinamente e de forma sistemática, as ações voltadas à preservação. Na medida em que as populações assumam de forma definitiva a guarda de seu patrimônio — cultural e natural —, novas frentes poderão ser abertas por nós; nossa prática se alargará em outros municípios e com outros bens que ainda não estejam sendo cuidados como merecem, por diversos problemas: falta de recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos. Também não somos nós que ditamos o conteúdo dos produtos gerados a partir dos processos de trabalho com os núcleos urbanos onde atuamos. E os nossos par-



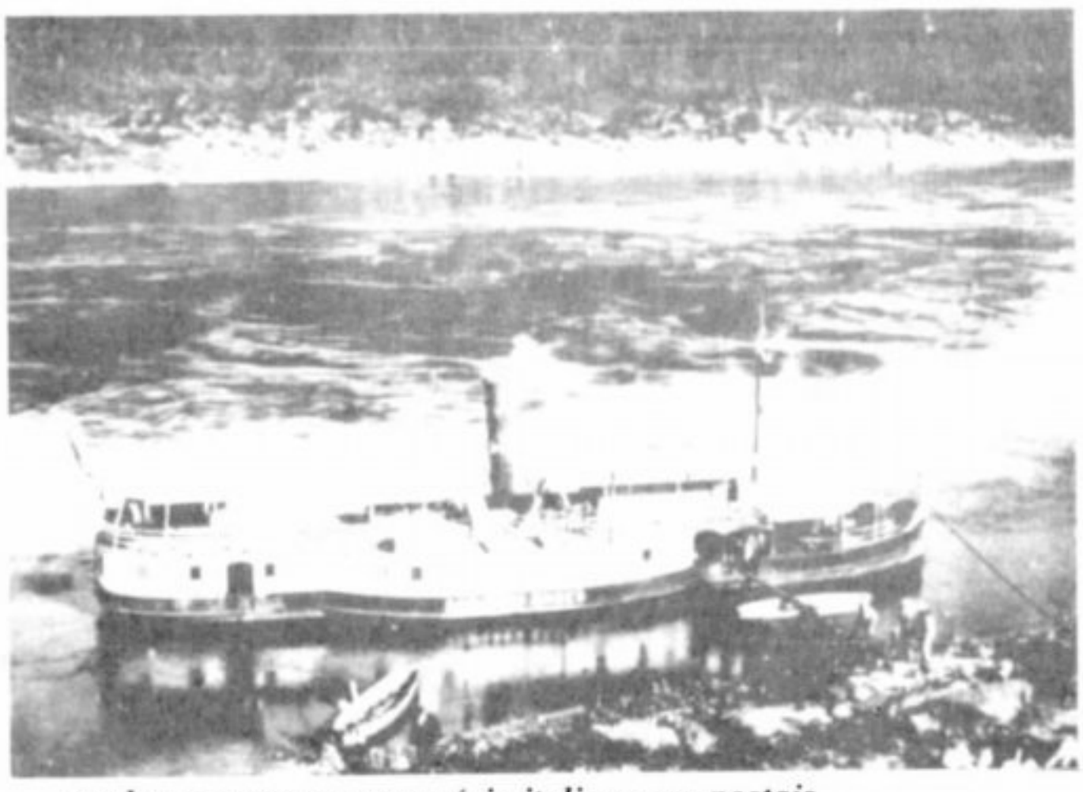
A construção típica, . . .



. . . os cestos de vime, . . .



. . . o cooperativismo . . .



. . . e o barco a vapor: a memória italiana em postais



Os imigrantes ilustram . . .

ceiros, que vão desde secretarias estaduais, prefeituras, universidades, associações civis, outras fundações e a iniciativa privada, têm autonomia e vêm desenvolvendo, sob a supervisão da Diretoria, projetos exemplares", explica a arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira, respondendo pela 10.ª DR.

Como podem deixar de ser atraentes, tanto para as comunidades quanto para as instituições envolvidas no processo de confecção, um *kit* de postais de fotografias históricas, de ótima reprodução e tratadas com muita arte, sobre o Distrito de Santa Thereza — Bento Gonçalves (RS) —, fundado em 1885? Ou um vídeo que trata do passo a passo da cultura da uva e da produção vinícola de Caxias de Sul (RS), aspectos culturais tão tradicionais daquela região?

A boa qualidade e a emoção que transmitem produtos desse tipo são justamente os fatores que têm possibilitado o desdobramento dos projetos de difusão cultural e resultado no engajamento freqüente de novos parceiros. Compondo muitas vezes de forma integrada as ações desenvolvidas e apoiadas pela 10.ª DR, também vêm sendo executadas atividades como exposições, mostras fotográficas, peças teatrais, palestras, confecção de pôsteres, cartilhas, boletins informativos, estórias em quadrinhos, adesivos, etc., todos tematizando a importância da preservação da história, da arte e dos costumes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Respeito à cultura

Muitas instituições interessadas na preservação cultural têm procurado a SPHAN/*pró*Memória, através da 10.ª DR, com projetos aos quais ela pode emprestar sua colaboração técnica, mas a situação inversa também ocorre, conforme explica Ana Meira.

. . . o boletim Ocorrências, do Museu Municipal de Caxias do Sul





"Quando detectamos algum tipo de necessidade ou, por qualquer razão, algum segmento do patrimônio cultural da região ameaçado, se perdendo, direcionamos para ele programas e buscamos o apoio de instituições locais, para reverter a situação."

De modo geral, são feitas associações com parceiros nas próprias comunidades que são, na verdade, o ponto central e norteador até mesmo da linguagem que será usada no produto: "Já que as mensagens são dirigidas às comunidades, sua linguagem, logicamente, segue os padrões lingüísticos locais, o que muitas vezes determina a utilização de dialetos, por exemplo, comuns tanto na área de imigração alemã quanto na italiana", destaca a arquiteta.

Essa tática, que também pode ser interpretada como um gesto de respeito à cultura, é utilizada até mesmo nos contatos travados pelos técnicos da DR com as comunidades. Das equipes, sempre consta alguém capaz de se expressar no dialeto correspondente, objetivando otimizar a comunicação.

Além de valorizarem a cultura local, os projetos de difusão cultural servem de sustentação e de material de apoio para a realização das tarefas de fiscalização, conservação e restauração dos bens culturais, e isso tem uma explicação bastante simples: ao popularizarem os valores tradicionais das localidades, eles abrem as portas do empresariado e a consciência das pessoas para a importância de se preservar todos os vestígios da memória cultural, inclusive as edificações e os monumentos.

"Os trabalhos de difusão e de preservação do acervo cultural e natural são perfeitamente compatíveis e complementares. Pode-se realizar e incentivar obras como as de consolidação das Ruínas de São Miguel das Missões, ou a de restauração do Solar dos Câmara e do forro da Igreja das Dores, ambas em Porto Alegre, ou a da Ponte do Imperador, em Ivoti, ou das casas em enxaimel, no Vale do Itajaí" — algumas entre as viabilizadas pela 10.ª DR, em 1988 —, "e, paralelamente, praticar, no dia-a-dia, a educação patrimonial", conclui Ana Meira.

Segundo ela, ao travarem contato com produtos como os postais, os boletins, as cartilhas e os vídeos, por exemplo, as comunidades e o empresariado não conseguem deixar de se sensibilizar. E, logicamente, de colaborar, das mais variadas formas, para a preservação da memória cultural da região — sua própria memória.



*A sabedoria e a irreverência de Nôno, criado para "defender" o patrimônio cultural (*SPHAN/*pró*Memória *n.º 44, pág. 23).*

Trabalho conjunto: receita para preservar

Dezesseis projetos, com vários desdobramentos, que resultaram em produtos culturais, além de uma verdadeira campanha em torno do tricentenário comemorativo da fundação de São Miguel das Missões — "Missões 300 Anos" (*SPHAN/pró*Memória n.º 38, págs. 1 a 4). Esta é a síntese do balanço dos últimos trabalhos que instituições públicas, privadas e as comunidades vêm fazendo em parceria com a SPHAN/*pró*Memória, por intermédio da 10.ª Diretoria Regional, no Sul do Brasil.

A motivação e o sentido de equipe têm facilitado o intercâmbio de recursos, material, mão-de-obra e, principalmente, idéias, culminando por unir, algumas vezes num mesmo projeto, empresas que nada possuem em comum, em termos de porte ou público. É o caso, por exemplo, da Companhia Ioschpe de Participações — uma das grandes patrocinadoras do "Missões 300 Anos" — e da rede de Supermercados Zaffari — pioneira em projetos de educação patrimonial, com a difusão de bens culturais feita em suas sacolas de compras (*SPHAN/pró*Memória n.º 29, págs. 20 a 24).

O interesse comunitário e a grande repercussão que os eventos vêm alcançando junto aos meios de comunicação têm inspirado a idealização de mais e mais atividades em prol da preservação da memória, de forma multiplicadora e criativa.

A Listel ABC Listas Telefônicas S/A deu um bom exemplo de inovação quando se inspirou nos remanescentes de São Miguel das Missões e fez do tema capa de sua tão específica publicação, no Estado do Rio Grande do Sul. Certos bancos, como o do Brasil — valorizando a sua Conta Ouro — e o BANRISUL, têm procurado do engajar-se em eventos como seminários, exposições, produção de catálogos e similares. Empresas com outros perfis, como a Madesa, do ramo de móveis, a PPH Companhia Industrial de Polipropileno e a Companhia de Mineração Serrana, por sua vez, apostam na arte, no brinde e na tão significativa doação de materiais de construção, para obterem o devido retorno institucional.

Todo esse interesse pela preservação da memória vem unindo também, de modo informal ou mediante convênios e mecanismos similares, instituições públicas como a Universidade, o Museu e o Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, o Museu Histórico Casa do Imigrante, daquele município, e a SPHAN/*pró*Memória, resultando em novas ações. Exemplos práticos do acerto da proposta de trabalho conjunto: a melhor receita para preservar.

São Marcelo: a cultura que vem do mar

Depois de passar aproximadamente 40 anos fechada, a Fortaleza de São Marcelo volta a ser visitada pela população de Salvador (BA). O monumento, que teve suas dependências internas totalmente restauradas, já possui inúmeras propostas de uso como espaço cultural e foi reaberto em janeiro, abrigando uma exposição cujo tema central é exatamente aquilo que o cerca: o mar. No entanto, necessita de um sério e definitivo trabalho de consolidação de suas fundações, afetadas pela maré ao longo dos quase três séculos de sua existência.

Estas ações vêm sendo articuladas pela 5.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória que, no decorrer deste ano, pretende beneficiar, também, inúmeros outros monumentos, tanto na Bahia quanto em Sergipe — estados que compõem sua área de atuação.

Consolidar é preciso

Há cerca de três anos a SPHAN/*pró*Memória está incumbida da conservação do Forte do Mar — como também é conhecido o monumento — (*SPHAN/pró*Memória n.º 11, pág. 20, e n.º 14, pág. 10), que possui uma área de 2.500 m² e fica localizado bem em frente do Mercado Modelo, a apenas 300 metros do atual cais da capital baiana. Além dos reparos gerais nas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, a 5.ª DR realizou, ultimamente, várias intervenções no interior da Fortaleza, como a estabilização das abóbadas e das paredes, pinturas e outras adaptações necessárias à sua utilização como espaço cultural.

Segundo o diretor da 5.ª DR, Eduardo Simas, cerca de 90% da atual população de Salvador nunca tinha entrado na Fortaleza de São Marcelo, mas, a partir de agora, esse número tem tudo para ser alterado: "Além da exposição — composta por miniaturas, embarcações em tamanho natural, literatura sobre temas navais e peças náuticas — que está aberta ao público, a Fortaleza vem sendo utilizada como palco para espetáculos de dança que muito têm despertado o interesse dos soteropolitanos. Entretanto, é fundamental, para valorizar e manter o monumento, que ele continue a ter essa destinação cultural e abrigue outras exposições, cursos, seminários e atividades que envolvam a comunidade."

Isto pode ser viabilizado principalmente com a instalação, nas dependências da Fortaleza, do Centro de Estudos de Arqueologia, História e Etnografia Naval, a mesma instituição que está apoiando, junto com o Serviço de Documentação Geral da Marinha, a exposição hoje em cartaz, e que vem atuando, assim como o Instituto do



Fotos: Arquivo SPHAN/próMemória

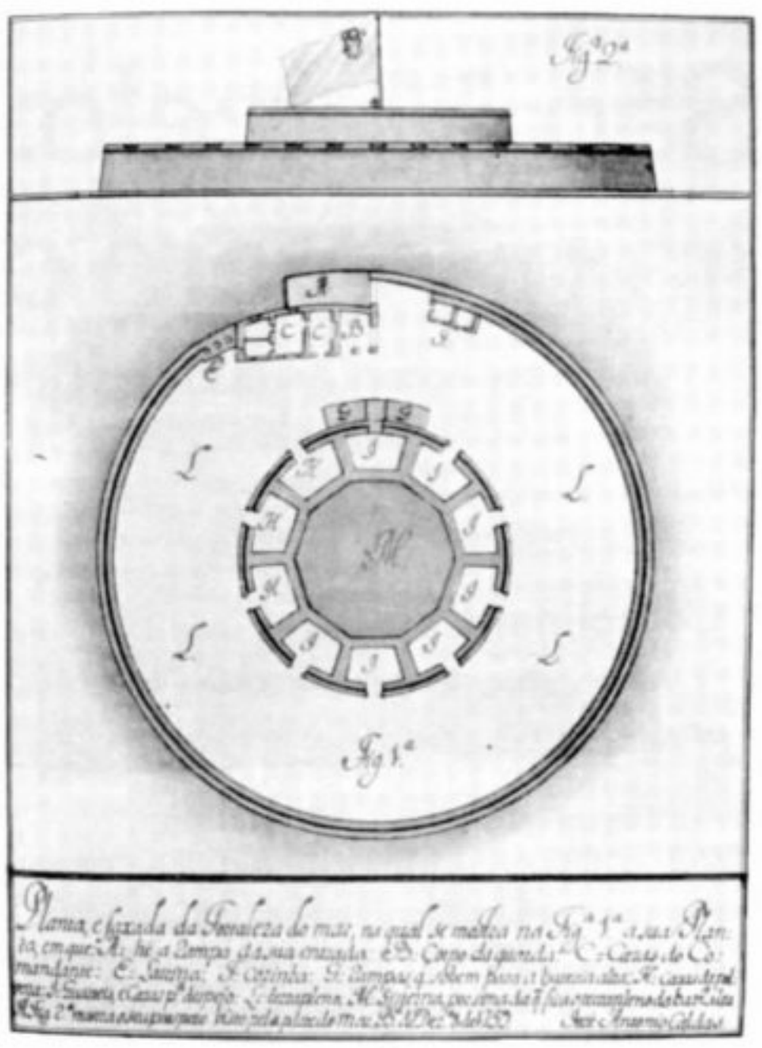
Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Bahia e a Universidade Federal daquele estado, em conjunto com a 5.ª DR, em prol da revitalização do monumento.

Mas tão importante quanto consolidar o Forte do Mar como espaço cultural — o que também deve envolver a iniciativa privada — é consolidar, propriamente dito, suas fundações que, embora não ofereçam nenhum risco imediato para a segurança da construção, necessitam ser estabilizadas. "A erosão — no caso, retirada de matéria orgânica e areia — que o mar vem efetuando nas fundações da Fortaleza faz com que seja necessária a realização de um trabalho de consolidação dessa estrutura. É uma obra submarina de grande porte, com soluções técnicas totalmente viáveis, mas de altíssimo custo; e nós já estamos estudando propostas para sensibilizar setores da iniciativa privada, que muito poderão colaborar em termos de recursos financeiros e principalmente tecnológicos", conclui Simas.

Além desse trabalho, outros, de menor porte, relacionados à Fortaleza de São Marcelo e que necessitam ser realizados, são os de conservação da ponte de acesso e do flutuante — tarefas de manutenção que devem ser repetidas rotineiramente.

Outras prioridades

Para este ano, a 5.ª DR pretende beneficiar outros monumentos, na Bahia e em Sergipe. Planeja efetuar repa-



Planta e elevação do Forte do Mar, de 1759, reproduzidos de Notícias da Bahia, *de Antônio Caldas*

ros e adaptações no imóvel vizinho à sua sede, no Berquó, em Salvador, objetivando, principalmente, nele instalar um laboratório fotográfico, o que muito aprimorará os trabalhos de documentação e registro. Tem por meta, ainda, restaurar os altares e o acervo artístico da Igreja de São Francisco, também em Salvador — obra que será realizada pelo sistema de administração direta, por técnicos especializados em restaurações desse tipo. Por sua complexidade e imenso porte, esta obra não será concluída este ano.

Outra igreja da capital a ser beneficiada será a da Santa Casa da Misericórdia. Encravada na encosta que divide a cidade e com lesões gravíssimas em suas fundações e estruturas, ameaça desabar sobre a Cidade Baixa. O problema está sendo diagnosticado para possibilitar a eficaz estabilização do conjunto, do qual consta, inclusive, o mais antigo hospital do Brasil. Datado do século XVI e hoje desativado, o Hospital de São Cristóvão abriga nas partes de suas dependências consideradas mais seguras — as outras já foram evacuadas — a Administração da Santa Casa. Sua estabilização é o que normalmente se classifica como obra de emergência.

Já as comunidades de Cachoeira e do Recôncavo poderão contar, futuramente, com uma escola de artes. Trata-se do imóvel que será destinado, após restauro, à Casa e Museu Hansen-Bahia e que deverá abrigar o acervo do artista alemão. Morador em São Félix, Hansen deixou, ainda em vida, todos os seus trabalhos — na grande maioria gravuras — para aquela instituição. A casa foi doada pela Prefeitura Municipal de Cachoeira, e da execução do projeto de implantação da escola de artes, já aprovado, participarão a 5.ª DR, a Secretaria de Cultura do Estado e a Prefeitura de Cachoeira. Os recursos serão obtidos junto ao empresariado local.

Também no Estado de Sergipe a 5.ª DR tem atuado, com freqüência, em conjunto com as prefeituras municipais. Muitas intervenções têm sido viabilizadas pelo sistema de colaboração mútua: as prefeituras — como as de São Cristóvão, Estância e Laranjeiras, por exemplo — têm fornecido o material necessário e a SPHAN/*pró* Memória, através da 5.ª DR, a mão-de-obra especializada.

Podem ser destacadas como atividades prioritárias para este ano, em Sergipe, a restauração da antiga Santa Casa de Misericórdia, em São Cristóvão, e a Igreja de Nossa Senhora do Tomar. Localizada no município de Tomar do Jeru, esta igreja, de origem jesuítica, possui altares de grande valor histórico e artístico. Devido a detonações em uma pedreira próxima ao monumento, suas estruturas encontram-se abaladas e o seu acervo seriamente comprometido. A 5.ª DR está tomando as medidas — inclusive as legais — cabíveis, bem como priorizando a consolidação e recuperação do acervo artístico da Igreja.



Igreja de Nossa Senhora do Tomar

Veiga Valle, o santeiro de Goiás



São Miguel — 93 cm — . . .

Há 115 anos falecia na cidade de Goiás José Joaquim da Veiga Valle, considerado a maior expressão no campo da escultura e pintura do Centro-Oeste. Artista pouco conhecido na história da arte brasileira, Veiga Valle vem merecendo estudos de pesquisadores como Heliana Angotti Salgueiro — que, em 1983, publicou o livro *A Singularidade da Obra de Veiga Valle*, originalmente apresentado como dissertação de mestrado à Universidade Federal de Goiás — e Élder Camargo dos Passos — um dos organizadores do Museu de Arte Sacra da Boa Morte, em Goiás, que reúne grande parte das imagens de santos produzidas pelo escultor goiano. Como contribuição ao esforço de difusão da obra de Veiga Valle, a SPHAN/*pró*Memória, através da *pró*Memória *Vídeo*, produziu, no ano passado, o vídeo *Veiga Valle, o Santeiro de Goiás* (*SPHAN* n.º 41, pág. 13, n.º 42, pág. 22 e n.º 43, pág. 23).

Nascido em 9 de setembro de 1806, na cidade de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, em família de prestígio, ligado através do casamento às oligarquias locais, genro de Presidente da Província, ele próprio juiz de paz, vereador, deputado em várias legislaturas e major da Guarda Nacional, Veiga Valle dedicou, entretanto, toda sua vida ao mais humilde dos oficios, o de santeiro, tradicionalmente exercido por gente pobre, mulatos e pardos, marginalizados sociais.

Diz a tradição oral que Veiga Valle iniciou sua carreira artística com o padre português Manoel Amâncio da Luz. No entanto, por falta de documentação, não há como provar essa versão. A escritora e folclorista Regina Lacerda diz acerca do aprendizado do artista que "na falta de melhores esclarecimentos sobre o seu aprendizado, embora considerando ter-se orientado mais pela sua própria curiosidade, o certo é que Veiga Valle conseguiu alcançar uma técnica e sabedoria compositiva dos grandes mestres das boas épocas da Europa".

Veiga Valle, segundo a pesquisadora Janaína Amado, "iluminou a província longínqua e desprovida de tradição na arte da imaginária com sua obra tão bonita, original, sofisticada e de grande apuro técnico. Persistiu no barroco quando o estilo não estava mais em moda. Mas, quando quis, foi também neoclássico. Artista muito solicitado, trabalhava sozinho no afazer meticuloso das imagens, responsável único desde a escolha da madeira até o envernizamento final".

"Sua técnica consistia primeiramente em entalhar os santos nos cepos de madeira-cedro, que depois passavam por um processo rudimentar de preparação, cozinhando-os em grandes bacias de cobre, com uma mistura de raízes em água preparada, a fim de imunizá-los contra rachaduras, causadas na maioria das vezes pela inclemência do clima tropical-seco da região. Após esse preparo inicial, a peça, depois de seca, era recoberta por uma fina camada de gesso. Sobre esta aplicava uma mistura especial de cor vinho roxeada, denominada argila africana, própria para a colagem dos folhetos de ouro importados da Alemanha e fixados à base de clara de ovo. Só depois é que executava a pintura variando as cores em nuanças suaves. Antes que a tinta secasse totalmente, munia-se de um estilete de ponta fina e com traços firmes e delicados retirava parte da tinta aplicada, fazendo desenhos magistrais onde o ouro aparecia em baixo-relevo nas rosáceas, florões e traços horizontais ou em pequeninos quadros fazendo o xadrezinho colonial", segundo depoimento de Élder Camargo dos Passos, para o vídeo.



Fotos: Arquivo SPHAN/pró-Memória

. . . e N. Sr.ª da Conceição — 46 cm —, obras de Veiga Valle

Vídeo

O vídeo *Veiga Valle, o Santeiro de Goiás* procura situar o artista em seu contexto sócio-cultural, através de depoimentos de estudiosos da história goiana, pesquisadores da história da arte brasileira e parentes. O programa focaliza as cidades de Pirenópolis, onde nasceu e viveu até os 34 anos, e de Goiás, na qual se firmou como santeiro de grande prestígio. O programa mostra, ainda, reunido no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, o acervo de imagens de santos produzidas pelo escultor e detalha a sua técnica.

O Museu dispõe de uma cópia do vídeo para exibição aos visitantes, às escolas e à comunidade em geral. Pretende-se que seja veiculado, também, em casas de cultura, pontos turísticos e universidades.

Mariana e Ouro Preto:





Fotos: Arquivo SPHAN/*pró*Memória

preservação da memória preocupa cidades históricas

Mariana, a mais antiga cidade e primeira capital de Minas, está sendo alvo, atualmente, de um amplo movimento em busca da preservação de seus valores históricos e culturais, envolvendo e integrando basicamente diversos setores e segmentos da comunidade.

Por força de circunstâncias adversas, decorrentes de administrações municipais, nem sempre interessadas na proteção de seu patrimônio histórico, Mariana vinha sofrendo, ao longo dos últimos anos, um rápido processo de degradação de seu acervo cultural, constituindo-se numa constante preocupação para a SPHAN/*pró*Memória e a própria comunidade. A substituição, não autorizada, do calçamento de seixo rolado de várias ruas antigas por blocos de concreto, a construção de novas edificações em desacordo com sua fisionomia urbana, a exemplo do Ginásio Poliesportivo, erguido à revelia da SPHAN/*pró*Memória, a degradação e a falta de conservação de equipamentos urbanos de valor histórico, como a Ponte Alphonsus de Guimarães e chafarizes, e ainda de monumentos religiosos de alta relevância, como as igrejas de N. Sr.ª do Carmo e de São Francisco de Assis, são heranças desse passado.

Entretanto, essa situação sofreu radical transformação a partir deste ano, em decorrência das profundas modificações verificadas no cenário político local e ainda com o interesse e a iniciativa demonstrados por grupos locais, empresários e instituições.

No princípio do ano, por iniciativa do Escritório Técnico da SPHAN/*pró*Memória ali localizado, com o apoio do Arcebispado, da Prefeitura Municipal e ainda de instituições e lideranças comunitárias, foi iniciado o Movimento pela Salvação de Mariana, através de uma série de reuniões e debates sobre o que e como fazer em benefício do patrimônio histórico da cidade.

Um dos primeiros resultados práticos dessas reuniões, que inauguraram um novo estilo de relacionamento local entre a SPHAN/*pró*Memória, o Clero, a Prefeitura e a comunidade, foi colocar à disposição do Escritório Técnico um grupo de operários para a realização de obras urgentes, isto é, uma espécie de medicina preventiva, que combate a deterioração da edificação, para que, no futuro, não sejam necessárias restaurações de grande vulto, como sejam: reparos de toda ordem, desde simples goteiras, até desaprumos nas paredes com risco de desabamento.

Ficou também decidida a realização de projeto de levantamento da memória do patrimônio cultural de Mariana, nos moldes do que foi feito em Cataguases (*SPHAN/pró*Memória n.º 43, págs. 4 e 5), e que será executado por técnicos da SPHAN/*pró* Memória com a participação de instituições culturais locais. Outros temas tratados naquelas reuniões foram as questões ligadas à proteção dos acervos museológicos e à formação de mão-de-obra especializada em turismo e restauração, tendo em vista dotar o município de profissionais capacitados na área, bem como abrir novos campos para o aproveitamento de mão-de-obra local.

Um dos últimos resultados do movimento, possivelmente um dos mais importantes, foi a assinatura da Carta de Mariana, em solenidade realizada na sede da Federação das Indústrias de Minas Gerais, com o objetivo de motivar o empresariado mineiro a participar e aplicar recursos financeiros na restauração de monumentos civis e religiosos da cidade.

Como resultado imediato da iniciativa, algumas empresas encaminharam correspondência solicitando informações sobre monumentos que necessitam de restauração, custos de obras e de como proceder para usufruir da Lei 7.505. A fábrica de roupas Wembley e

a Siderúrgica Samitri já estão mantendo entendimentos para custear as obras de restauro das igrejas do Carmo e de São Francisco de Assis. Paralelamente a isso, grupos formados junto à comunidade marianense estão se mobilizando em visitas a empresários mineiros, tendo em vista fornecer esclarecimentos e informações sobre como participar do movimento.

A antiga Vila Rica

A situação precária da maioria das instalações dos antigos casarões e a ausência de legislação que regula a instalação de equipamentos de segurança, capazes de reduzir as probabilidades ou auxiliar no combate a incêndios, são, segundo relatório de vistoria realizada conjuntamente pela 7.ª DR, I Grupamento do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto — UFOP, fatores que evidenciam o alto risco de sinistros na antiga Vila Rica, que poderiam repetir em extensão e gravidade o ocorrido no bairro do Chiado, em Lisboa, Portugal.



Na Praça Tiradentes, a imponência do Museu da Inconfidência

Segundo o documento, a grande maioria das edificações do Centro Histórico da cidade, remanescentes do século XVIII, não dispõe de instalações elétricas adequadas, ou seja, dos 54 imóveis vistoriados, entre comerciais e residenciais, 51 apresentavam problemas de gravidade — sendo potenciais causadores de incêndio — e somente três foram aprovados.

Os riscos decorrem, segundo os engenheiros eletricistas Leonardo Barreto de Oliveira, da 7.ª DR, e Paulo Marcos de Barros Monteiro, da UFOP, e o 1.º-tenente Antônio Miguel Ferreira, comandante do Corpo de Bombeiros de Ouro Preto, signatários do relatório, do fato de a maior



Pelourinho. Isoladamente, um dos mais expressivos monumentos de Mariana

parte das instalações elétricas possuírem pontos deficientes, o que pode acarretar centelhamento, aquecimento e curto-circuito, provocando princípio de incêndio, agravado pela presença de material de fácil combustão, como tapetes, cortinas, solventes e forros de madeira.

Entre os vários problemas, os técnicos registraram a presença de emendas mal executadas, como também fios ou cabos amontoados, sem escapamento isolante — muitas vezes sobre forro de material de alta combustão e atravessando madeira em orifícios improvisados.

Outros problemas foram a utilização de isoladores de má qualidade e de forma inadequada, o uso incorreto de luminárias fluorescentes, mediante a instalação de reatores em contato direto com a madeira, o uso incorreto de fusíveis e até mesmo a sua substituição por arames, moedas e outros materiais inadequados, além do não emprego de eletrodutos.

Ainda de acordo com o relatório, a distribuição das instalações, em sua maior parte, é feita de forma linear, caso em que se usa um ramal principal de onde partem ramificações de condutores mais finos e de capacidade de corrente menor, sem proteção específica, o que torna o sistema virtualmente desprotegido, uma vez que sobrecargas nos ramais secundários não ocasionam, nessas condições, o desligamento imediato do disjuntor geral. A situação torna-se mais crítica com os contínuos aumentos de carga introduzidos pelos usuários.

Segundo os técnicos, em alguns locais, parte da fiação foi encontrada em bom estado de conservação. Em outros, as instalações elétricas eram relativamente novas, mas feitas fora das normas. Em ambos os casos, as instalações foram consideradas inadequadas e reprovadas, por não apresentarem condições mínimas de segurança.

O problema de Ouro Preto é agravado ainda pela inexistência de legislação municipal que regule a utilização, em prédios e em determinados tipos de construções, de equipamentos capazes de auxiliar no combate imediato a incêndio, como porta corta-fogo e escadas de emergência. As características topográficas da cidade, muito acidentada, as ruas estreitas e a ausência de hidrantes, em número suficiente nas vias públicas, são fatores que tornam o problema ainda mais sério.

Em vista da situação de risco permanente do Centro Histórico de Ouro Preto, que pode acarretar a qualquer momento a repetição da tragédia do Chiado, os especialistas formularam uma série de propostas objetivando



Igreja de Nossa Senhora da Assunção, a Sé de Mariana

corrigir os problemas. Inicialmente, foi sugerida a criação de mecanismos e legislação específicos para possibilitar a necessária intervenção do poder público, no sentido de exigir reformas imediatas nas instalações potencialmente perigosas, bem como regular a instalação de dispositivos de segurança em prédios e logradouros da cidade.

Outras sugestões foram a criação de cursos de treinamento para a formação de eletricistas especializados, a introdução da exigência de aprovação de projetos pela CEMIG, antes de sua execução, a criação de uma comissão técnica para orientação na elaboração de projetos elétricos e a criação de brigadas civis de combate a incêndio.

Passado Presente



Na foto de Marc Ferrez, de 1895, o Pórtico em seu local de origem, na Travessa das Belas-Artes. A estátua é do ator João Caetano, trasladada posteriormente para a frente do teatro que leva o seu nome

O pórtico de Montigny

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, se constituiu em um acontecimento de grande alcance, e já em 1815 o Marquês de Marialva, encarregado dos negócios de Portugal na França, contratava diversos artistas eminentes que, devido a razões políticas, desejavam emigrar.

Foi assim que, a 26 de março de 1816, aportavam no Rio de Janeiro, entre outros, Debret, os Taunay (Nicolau e Augusto), Le Breton e Grandjean de Montigny. Pouco tempo depois, chegavam os irmãos Ferrez.

A 5 de agosto do mesmo ano dava-se início à construção do prédio da Academia Imperial de Belas-Artes, que deveria servir também para Casa do Correio Geral e oficina para lapidação de diamantes. Todavia, conflitos de toda ordem, envolvendo os artistas e a administração do Reino, retardaram em muito o desenrolar da obra, que só apresentaria um efeito prático em 1826, com a conclusão do primeiro pavimento.



Foto: Sylvio Clemente da Motta

O Pórtico, atualmente no Jardim Botânico do Rio. Notar a falta das estátuas na parte superior

Localização

O edifício da Academia Imperial de Belas-Artes se situava na Travessa das Belas Artes — ainda hoje existente com o mesmo nome, começando na Avenida Passos (antiga Rua do Sacramento) e terminando na Rua Gonçalves Ledo (antiga São Jorge) —, lá permanecendo até 1937, quando, abrigando então o Ministério da Fazenda, foi demolido. O que dele restou, ou seja, o seu pórtico, encontra-se atualmente no fim da Aléia Barbosa Rodrigues, também conhecida como Aléia das Palmeiras-Reais, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (foto), desde 1940, trasladado que foi por iniciativa de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

O Conde de Saint-Prie, em visita ao Rio de Janeiro no século passado, assim descreve o Pórtico da Academia:

"Divide-se a frontaria em três corpos, vendo-se no centro um portão de ferro desenhado e prontificado por Grandjean de Montigny em 1831, com ornatos de bronze, uma figura do mesmo metal sobre o fecho da arcada; baixos-relevos na arquivolta, representando dois gênios das artes, e na parte superior o dístico: ACADEMIA IMPERIAL LIBERALIUM ARTIUM. Abrem-se no segundo pavimento três janelas guarnecidas de sacada formada por balaústres de bronze, lendo-se sobre cada janela o dístico: PICTURA, ARCHITECTURA, ESCULPTURA. Sobre a janela central vê-se um baixo-relevo feito pelo Professor Zeferino Ferrez; seis colunas jônicas com bases e capitéis de bronze e construídas com o granito da pedreira da Glória levantam-se entre as janelas, aformoseando o frontispício e sustentando o entablamento; em 1835, colocaram-se as bases dessas colunas e em junho de 1849, os capitéis, que foram fundidos por Antônio Mercandier com o bronze de uma peça de artilharia que se achava inutilizada no Arsenal de Guerra. Entre as duas últimas colunas eleva-se, de um lado, a estátua de Minerva, e do outro, a de Apolo, devidas ao cinzel de Marc Ferrez. O frontão é reto e enche o tímpano uma linda composição alegórica feita pelo artista Zeferino Ferrez. Grandjean de Montigny perpetuou seu nome na face deste palácio que, levantado para templo das artes, se tornou também monumento de sua glória (. . .)"

Instituições culturais serão cadastradas em 89



Com o objetivo principal de obter dados que permitam o planejamento das atividades culturais no país, o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Informática e Documentação (SID) e com o apoio da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vai realizar este ano pesquisas de informações culturais, abrangendo 52.416 instituições, entre museus, arquivos, bibliotecas e entidades que tratam da preservação de bens culturais móveis, imóveis e naturais.

As informações, que serão publicadas em um anuário estatístico, comporão o Banco de Dados de Informações Culturais e estarão à disposição das instituições e pesquisadores interessados. As pesquisas, segundo seus organizadores, atenderão à demanda de diversos organismos nacionais e internacionais como o próprio IBGE, empresas privadas ligadas ao setor cultural, embaixadas, UNESCO, OEA, etc. No caso da UNESCO, as estatísticas serão divulgadas no *Statistical Yearbook*.

Para a realização das pesquisas, serão aplicados questionários específicos a cada área cultural por agentes do IBGE devidamente treinados. Acompanha cada questionário um manual de instruções necessárias ao seu correto preenchimento.

Museus

O questionário dirigido aos museus foi elaborado pelo Sistema Nacional de Museus (SNM), entidade vinculada à SPHAN/*pró*Memória, e consta de sete blocos a serem preenchidos pela unidade museológica pesquisada.

De posse dos dados específicos, a SPHAN/*pró*Memória vai dispor de uma completa radiografia da realidade museológica do país para subsidiar as suas ações. O questionário a ser aplicado nos museus pretende coletar, entre outras informações, dados acerca da forma legal de criação, características das instalações, esquema de visitação pública, atividades desenvolvidas, coleções, aspectos relativos à segurança, recursos humanos disponíveis, recursos financeiros aplicados e suas fontes e utilização da Lei 7.505.

Segundo a equipe do SNM, tais informações serão de fundamental importância para a definição das ações que se pretende desenvolver em apoio às unidades museológicas espalhadas pelo território brasileiro, dentro dos objetivos que nortearam a sua criação (*SPHAN* n.º 38, págs. 10 e 11).

Para efeito da pesquisa, os museus obedecerão à seguinte classificação: *Antropologia* — Artes: plástica, sacra e decorativa (ourivesaria, mobiliário), música (popular, cênica) e literatura; Imagem e Som (cinema, fotografia, materiais videofonográficos); Arqueologia; Etnologia; Folclore; Esporte e Lazer (associações, agremiações); Outros (armaria, indumentária, numismática); *Ciência e Tecnologia* — Saúde (farmácia, medicina, saneamento); Produção (energia, agropecuária, indústria de transformação — sapato, roupas), (indústria de extração — pesca, borracha e ferro), técnicas e sistemas construtivos; Transporte (naval, aeroespacial, terrestre); Comunicação (telecomunicações, correios e telégrafos, imprensa); Astronomia; Outros; *História* — Carateres Geral, Biográfico, Temático (epoca, região, fatos); *História Natural* — Botânica, Zoologia, Geologia, Outros (oceanografia, etc.); *Geral* — Outros Museus.

Grupos

As instituições a serem pesquisadas foram divididas em 11 grupos, cada qual com o seu questionário e manual de instruções específicos: rádio, publicações periódicas, edições de livros, arquivos, museus, bibliotecas públicas, escolares, especiais e infanto-juvenis, bibliotecas universitárias e especializadas, instituições culturais (aqui incluídas as entidades que tratam da preservação de bens imóveis e naturais), espaços cênicos, cinema e vídeo, e televisão.

Do total de instituições, 20.848 estão no grupo de bibliotecas públicas, escolares, especiais e infanto-juvenis, 7.462, no de publicações periódicas, 6.164, no de instituições culturais e 5:487, no de cinema e vídeo. O maior número de instituições está sediado em São Paulo (14.560), seguido do Rio de Janeiro (7.077), Minas Gerais (7.073), Rio Grande do Sul (5.439), Paraná (3.600), Santa Catarina (1.915), Bahia (1.833) e Pernambuco (1.330).

Entrevista

A entrevista desta edição é com o Consultor Técnico da SPHAN/*pró*Memória, arquiteto Cyro Illídio Correa Lyra, um dos responsáveis pela organização do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos — CECRE, realizado a cada dois anos em Salvador (BA), em convênio com a Universidade Federal da Bahia, único no País e considerado um dos mais importantes do mundo. Na entrevista ao *Boletim SPHAN/pró*Memória, Cyro Lyra fala da origem do Curso, sua importância para os profissionais da área e os resultados positivos que dele resultam.

— Dr. Cyro, seria interessante iniciarmos contando aos leitores um pouco da história do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos, mais conhecido como Curso da Bahia, abordando as razões que motivaram o seu aparecimento.

CL — A idéia de se fazer no Brasil um curso de especialização na área de preservação já ultrapassa os dez anos. O primeiro aconteceu em São Paulo, em 1976, visando preparar um quadro de especialistas para trabalhar nessa área. Nessa época, dirigido somente a arquitetos, o curso contou com a participação de vários colegas que atuam na SPHAN/*pró*Memória. Três anos depois, um novo curso, desta vez em Pernambuco, foi elaborado nos mesmos moldes, em convênio com a Universidade local, a exemplo do anterior. O curso de Recife foi também voltado para arquitetos, mas já teve alguns trabalhos na área de planejamento urbano como uma ampliação. O terceiro curso de especialização foi em Belo Horizonte e o quarto em Salvador. A partir daí estabilizou-se naquela cidade.

— Por que o curso se fixou em Salvador?

CL — Por vários motivos. A Universidade Federal da Bahia revelou-se possuidora de alguns requisitos básicos para isso, principalmente a especialização de parte do seu corpo docente na área de preservação. São muitos professores com essa formação no exterior. De todas as cidades onde o curso havia sido ministrado, Salvador mostrou-se a mais adequada, principalmente por possuir um canteiro de trabalho permanente, fantástico, que é o seu próprio Centro Histórico. Hoje o curso tem uma estrutura definida. Há dois professores da UFBA que fazem a parte de coordenação didática e de coordenação administrativa, ou seja, dirigem o Curso. Há a participação da SPHAN/*pró*Memória no corpo docente e a minha, particularmente, no colegiado, onde aprovamos o plano de execução de cada curso, avaliando, corrigindo e procurando aprimorar as falhas anteriores. A partir do VI CECRE inserimos algumas novidades. Abrimos a participação à categoria de engenheiros e aos profissionais da área privada e não só de instituições públicas como ocorria até aquele momento. Além disso, formulamos um estágio obrigatório após o curso, desenvolvido fora de Salvador caso o aluno não seja de lá.

— Qual o objetivo principal do Curso da Bahia?

CL — Bem, o objetivo é oferecer um preparo intenso, sistemático, a profissionais de todo o Brasil, da América Latina, da África de língua portuguesa e de Portugal, que já possuam uma iniciação na área de preservação. Não se aplica a iniciantes ou diletantes. É necessário que se tenha, pelo menos, dois anos de experiência. No curso, esse profissional passa oito meses em tempo integral, com aulas teóricas e práticas, que chamamos de ateliê. Nesta fase, o aluno desenvolve um projeto real. Cada um leva, geralmente, um tema de sua cidade de origem para ser abordado no curso, tema esse que se constitui em um projeto a ser, de fato, executado.

— Sabemos que muitos profissionais estrangeiros procuram o Curso da Bahia. Não existem cursos suficientes no resto do mundo? A que se deve essa procura?

CL — Cursos semelhantes existem em alguns países. O Curso da Bahia foi concebido, inicialmente, tendo como modelo o curso do ICROM — International Centre for the Study Preservation and the Restoration of Cultural Property —, em Roma, criado pela UNESCO junto com a Universidade local. Este curso atende a um número limitado de italianos e estrangeiros e muitas pessoas não conseguem essa oportunidade.

Há outros cursos internacionais, como no México e no Peru, mas o fato de haver todos esses cursos não resolve o problema, pois todos tendem, naturalmente, a ser influenciados pelas próprias circunstâncias dos países onde são ministrados. No México, por exemplo, o peso que tem a parte de arqueologia histórica é muito grande, por causa exatamente da característica do patrimônio local. Na verdade, o Curso da Bahia é muito procurado. No último, realizado ano passado, tivemos 36 alunos: 25 brasileiros e 11 estrangeiros — 2 africanos, 8 hispano-americanos e uma portuguesa. Só para se ter uma idéia da procura, 50 candidatos estrangeiros disputaram as 11 vagas a eles reservadas.

— Como é feita essa seleção?

CL — A seleção é feita nos diversos países através do PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*SPHAN/pró*Memória n.º 40, pág. 21), por currículo e entrevista. Para os brasileiros há também uma prova. O exame é realizado em vários lugares. São duas ou três provas regionais, uma em São Paulo, para os candidatos do Sul, e outra na Bahia, para os candidatos do Norte e Nordeste, por exemplo.

— Quem são esses candidatos?

CL — Alguns são colegas nossos. No último Curso tivemos arquitetos das 2.ª, 5.ª, 7.ª e 10.ª Diretorias Regionais da SPHAN/*pró*Memória, e um engenheiro da 8.ª DR. Tivemos também profissionais de órgãos estaduais, municipais, de Universidades que, por força de convênios, trabalham em preservação, além de pessoal de empresas privadas que atuam nessa área. É um universo heterogêneo, mas formado por gente que tem em comum um envolvimento com o assunto. É claro que os estrangeiros encontram um pouco mais de dificuldade. Inclusive porque o nível de envolvimento nesse trabalho varia de um lugar para outro. Ao contrário do que acontece no Brasil, existem países em que não há ainda uma instituição sólida a nível federal atuando em preservação. Em contrapartida, há outros com sólida experiência em preservação, como o Peru, por exemplo.

*— Qual a importância da participação da SPHAN/pró*Memória *nesse Curso?*

CL — A SPHAN/*pró*Memória entra com a fatia maior no financiamento desse curso. A Universidade entra com as suas instalações, com uma parte dos professores, com o pessoal de apoio, enfim, a estrutura básica. Além do apoio financeiro, entramos também com uma parcela do corpo docente. O PNUD-UNESCO divulga o curso na América, Portugal e África, seleciona e cobre as bolsas dos estrangeiros e financia a vinda de professores — seis de fora do Brasil no Curso de 88 —, sua contratação e diárias. Nessa união de forças entra também a CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação —, pelo Brasil, que cobre a bolsa dos estudantes brasileiros. O estudante faz esse Curso com duas fontes de recursos: o seu salário, pago pela instituição em que trabalha, e uma bolsa, financiada pela CAPES, um apoio complementar, já que esse aluno está fora de sua cidade, portanto com despesas extras, como hospedagem, entre outras.

"Só para se ter uma idéia da procura, 50 candidatos estrangeiros disputaram as 11 vagas a eles reservadas."

— O senhor falou sobre a vinda dos professores estrangeiros financiada pela UNESCO. Quem são esses profissionais?

CL — No ano passado tivemos um arquiteto peruano, um dos grandes profissionais de restauração, Victor Pimentel, um engenheiro italiano, especialista em estabilização de estruturas, Giorgio Croce, e dois arquitetos argentinos de nível internacional, Ramón Gutierrez e Jorge Hardoy. São alguns exemplos.

*— Quanto ao investimento efetivo da SPHAN/pró*Memória, *como pode ser avaliado o seu retorno institucional?*

CL — Ao fazer esse investimento, a SPHAN/*pró*Memória tem como retorno preparar profissionais nessa área especializada, visto que, se o fizesse sozinha, não conseguiria. Nessa nossa área ou você tem a oportunidade de se especializar ou se forma no dia-a-dia, com a experiência de trabalho somente. Como um é complemento do outro, é melhor que isso aconteça aqui mesmo no Brasil. É muito mais econômico. E, além disso, esse aluno que se forma no Brasil está muito mais dentro de sua realidade do que se formado no exterior. Há um outro retorno, a médio prazo, que é preparar na casa um quadro de pessoal solidamente embasado, com uma visão teórica mais ampliada. Ainda há o fato enriquecedor de conviver durante o Curso com experiências de outras culturas, no contato com os estrangeiros.

— Como funciona a parte prática do Curso, mencionada anteriormente?

CL — Na parte que chamamos de ateliê, o aluno desenvolve um projeto. Esse projeto é um trabalho real, que vai ser utilizado num dado momento. Até o último ano os estrangeiros trabalharam em projetos com temas brasileiros. Era uma obrigatoriedade que, no próximo Curso, não acontecerá mais. Estamos estudando a admissão de projetos de fora. É claro que é mais difícil, principalmente quanto ao seu acompanhamento e avaliação. Mas sabemos que pode ser mais interessante se um angolano, por exemplo, trouxer um projeto de sua cidade, de seu país. Ele aproveita mais e seu país também é mais beneficiado. Haverá também uma divulgação dos problemas dos outros países, o que enriquecerá o conhecimento de seus colegas e dos próprios professores.

— Quais os exemplos concretos de projetos já desenvolvidos após a realização do Curso da Bahia?

CL — No Nordeste, por exemplo, uma de nossas alunas, atual responsável pelo Escritório Técnico da SPHAN/*pró*Memória na Paraíba, que fez o curso de Recife, teve como tema a restauração e redefinição do uso da Fortaleza das Cinco Pontas, naquela cidade. O projeto foi executado e hoje a Fortaleza abriga o

Museu da Cidade do Recife. Alguns projetos de recuperação de sobrados no Centro Histórico de Salvador, elaborados no Curso da Bahia, estão sendo hoje executados. Temos também o exemplo do projeto do Morro da Conceição, no Rio de Janeiro

"O Museu do Mate, no Paraná, foi recuperado após projeto apresentado no curso de São Paulo."

(*SPHAN/pró*Memória n.º 26, pág. 1). Há ainda o Museu do Mate, no Paraná (*SPHAN/pró*Memória n.º 33, pág. 15), um antigo engenho do século XIX que foi recuperado após projeto apresentado no curso de São Paulo. No último Curso tivemos outros bons projetos como os de adaptação de dois imóveis para instalação de hotéis. Um para um convento localizado em Paraguaçu, na Bahia, e outro objetivando adaptar uma fazenda mineira do século XVIII. São monumentos tombados que os proprietários não têm condições ou interesse em aproveitá-los para outro fim. Assim, para que não permaneçam em desuso, procuraremos levar avante as idéias apresentadas pelos alunos, que se justificam diante das análises feitas quanto à vocação desses monumentos para a exploração turística.

— E sobre a participação dos estrangeiros, o que temos de concreto?
CL — Todos os estrangeiros até hoje trabalharam em temas de Salvador, ou seja, nós sugerimos e os alunos vão a uma casa, uma igreja, ou outro tipo de imóvel, fazem o levantamento, desenhos, fotografias, enfim, todos os detalhes e, após, estudam, junto a autoridade responsável por aquela edificação, as possibilidades de sua destinação de uso. Um aluno peruano, por exemplo, no último Curso, fez um projeto de recuperação de um prédio da década de 20 que funcionou como posto de saúde e que hoje pertence ao INAMPS e se encontra abandonado. O projeto é real e esperamos que um dia seja colocado em prática.

— Quem fica responsável por um projeto desses?
CL — A SPHAN/*pró*Memória. Há, entretanto, um acordo ético que prevê, em caso de o projeto ser executado, a possibilidade de acompanhamento por parte do autor.

— O Curso da Bahia pode ser considerado como sendo de pós-graduação?
CL — Sim. Não é um mestrado, mas uma especialização. A UFBA possui, nessas mesmas instalações que utilizamos, um curso de mestrado, de cunho mais teórico. O nosso é voltado mais para a parte prática. É a principal diferença.

— Sabemos que é grande o interesse dos profissionais de países africanos de língua portuguesa com relação ao Curso da Bahia. Qual a importância do CECRE para esses estrangeiros?
CL — Existem vários fatores determinantes. Um deles é a língua. Eles estão familiarizados, entendem perfeitamente, o que facilita muito na leitura de textos. Outro fator é a própria analogia que há entre a nossa arquitetura colonial e a daqueles países. Há muita semelhança entre a arquitetura de Angola e a do Brasil, sem falar nos próprios hábitos. Eles se sentem muito à vontade.

— Por que o Curso tem a duração de oito meses?
CL — Esse período corresponde a um ano letivo, porque há meses em que a execução de aulas é muito difícil, como dezembro, janeiro e fevereiro, meses do verão. Além disso, é necessário um período de adaptação para os estrangeiros. Daí chegamos à conclusão que oito meses é o ideal. De março a novembro. Outro fator interessante no Curso é uma viagem de 15 a 20 dias pelo Brasil, geralmente abrangendo Minas e uma parte do Nordeste, que promovemos para que os alunos, tanto os de fora quanto os brasileiros, tomem um contato maior com o nosso patrimônio e suas diversidades regionais.

— Seria interessante detalhar um pouco mais a parte de organização do Curso.
CL — Temos um quadro de disciplinas com sua carga horária e seus professores. Às vezes, numa avaliação, notamos que uma determinada matéria teve uma carga pequena e aí procuramos, no próximo Curso, trabalhá-la melhor. No último, por exemplo, aumentamos a carga de aulas de Teoria de Restauração. Na parte do ateliê adotamos o critério de dividir os alunos em três grupos, de acordo com suas aptidões profissionais, visando a um atendimento mais aprofundado, com aulas específicas: 1. Grupo dos arquitetos, com temas sobre restauração de edifícios; 2. Grupo dos engenheiros, com temas sobre estabilização de edifícios; 3. Grupos de arquitetos-planejadores, com temas sobre preservação de conjuntos urbanos. Esses ajustes são feitos por uma equipe da qual fazem parte alguns colegas da Bahia e nós da SPHAN/*pró*Memória. Para essas modificações nos baseamos também num questionário de avaliação, que passamos aos alunos e estes então fazem suas críticas e sugestões que nos são muito úteis. Atualmente já iniciamos a avaliação do último e o planejamento do VII CECRE.

"Outro fator interessante no Curso é uma viagem de 15 a 20 dias pelo Brasil."

— A idéia é de que o Curso permaneça definitivamente em Salvador?
CL — Acho que esse Curso, como está, é caro, não para a SPHAN/*pró*Memória, que investiu no Curso do ano passado cerca de dez mil cruzados novos — valor convertido —, mas se somarmos todas as partes

envolvidas. Assim, dificilmente seria possível montar um curso desse fora de Salvador. Além disso, o local reúne todas as condições favoráveis que já mencionei. No Rio, por exemplo, seria mais difícil, porque a cidade é muito grande. Salvador, além de possuir, como já disse, um excelente canteiro permanente de obra — seu Centro Histórico —, está dentro de uma escala menor; é uma cidade de porte médio.

— Mesmo assim o senhor vê a necessidade da existência de outros cursos, já que esse parece ser o único do gênero no país?
CL — Acho muito necessário. O Curso da Bahia é o único no Brasil com as características de que já falei. Existe, para bens móveis, um curso que é o espelho desse, referente àquele tema. É em Minas Gerais e lá deve permanecer. Não teria sentido fazer um curso da qualidade do curso do CECOR — Centro de Conservação e Restauração, da Universidade Federal de Minas Gerais — em outro lugar. Acho, porém, que deveríamos ter cursos regionais, menores e mais práticos, de reciclagem, de adestramento. Cursos de três meses. Já se fez experiências desse tipo: em Belém do Pará, em Santa Catarina, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Acho que a SPHAN/*pró*Memória deveria promovê-los em caráter permanente, inclusive porque possui em seus quadros profissionais gabaritados dotados de vasta experiência e conhecimento que poderiam transmitir aos colegas, o que nesses cursos seria ideal e que no dia-a-dia fica difícil de acontecer.

— O Curso da Bahia é realmente o mais importante da América do Sul?
CL — Isso dito por nós não teria sentido. Mas, além do Professor Sylvio Mutal, do PNUD-UNESCO, que tem estado sempre conosco, acompanhado nosso trabalho e feito diversas observações manifestando o alto conceito que esse Curso possui no mundo atual, temos também recebido outras visitas e ouvido opiniões que muito elevam o valor do CECRE. No ano passado tivemos a visita do Diretor da parte de didática do ICROM, Professor Jukka Jokilekto. Ele esteve no Brasil em outubro, conheceu o Curso, os professores, conversou com os alunos e voltou muito bem impressionado. Inclusive enviou-nos cópia do relatório que fez à direção geral do ICROM, e emprestou seu testemunho quanto ao excelente nível do Curso. É claro que há falhas. Nossa biblioteca, por exemplo, não é equivalente à existente no ICROM, em Roma. Nosso laboratório é pequeno. Mas tudo isso é compensado pelo elevado nível dos professores e a seriedade com que o Curso é trabalhado.

"Acho que deveríamos ter cursos regionais, menores e mais práticos, de reciclagem, de adestramento."

— Partindo para o campo das comparações, o contato dos profissionais brasileiros com os estrangeiros durante o Curso pode dar alguma noção quanto ao nível dos brasileiros que trabalham em preservação, ou seja, nós estamos bem nessa área?
CL — Nós estamos bem. De modo geral, entre os melhores alunos há sempre brasileiros. A cada turma são revelados alunos de excelente qualidade. Temos tido também colegas estrangeiros de alto nível.

— Com relação aos profissionais das áreas que o Curso envolve, seria interessante que o senhor fizesse um comentário sobre o grau de interesse de arquitetos e engenheiros na questão da preservação do patrimônio cultural brasileiro.
CL — O interesse desses profissionais pela área de preservação tem aumentado consideravelmente. Inclusive porque a tomada de consciência de que a ação do homem sobre o meio ambiente pode ser destrutiva e irremediável é cada vez maior. E nesse aspecto entra não só a questão da natureza mas também a do patrimônio cultural. Junto a isso está o aspecto da tomada de consciência sobre a brasilidade, do que é nação. E, à medida em que as pessoas de um país que saiu de um regime autoritário são chamadas a opinar, a participar mais, saem de uma posição de alienação e passam a se interessar pelo país. E quando se interessam pelo país, interessam-se também pela sua história. Daí há o interesse pela memória, pelos testemunhos materiais da história. Esse é um processo que vemos de forma positiva. É claro que a ação destruidora do homem hoje, nas cidades brasileiras, é bem maior, dado o grau de inchamento das cidades. Mas, ao mesmo tempo em que isso ocorre, há, em contrapartida, um posicionamento mais rigoroso e mais consciente em relação ao patrimônio. Isso é um fato que tem o testemunho de nossos colegas profissionais. Basta visitar as escolas de arquitetura para ver que o estudante se interessa por isso. Existe hoje, por exemplo, o que não havia há uma década, ou seja, disciplinas específicas, optativas, sobre preservação, além de seminários promovidos pelas próprias universidades. Há, atualmente, um clima positivo de interesse, que nunca houve, pela preservação cultural.

*— A SPHAN/pró*Memória *é o maior campo de trabalho nessa área?*
CL — Sim. Sem dúvida. Acredito que as prefeituras, pouco a pouco, serão também. Por enquanto é a SPHAN/*pró*Memória que atua no Brasil inteiro, aplicando recursos diretamente, etc. É o celeiro dos profissionais dessa área. Dessa forma, acho que deveríamos realmente divulgar mais o Curso, principalmente seus produtos, os trabalhos, os projetos. Estamos pretendendo agrupar esses produtos e discuti-los com os colegas para que possamos, através de críticas construtivas, chegar a um nível ainda melhor, já que não estamos imunes às falhas. O Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos é um dos grandes investimentos em recursos humanos. Por isso tudo, acho que ele deve receber o maior apoio. Os interessados em participar do Curso da Bahia devem dirigir-se à sede da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA, à Rua Caetano de Moura, 99 — Federação — Salvador — Bahia — CEP 40.220 — Tel. (071) 235-7615.

Opinião

A Lei de Imprensa e a memória nacional

**Esther Caldas Bertoletti*

Resgatar a memória da imprensa não é tarefa fácil. Há dez anos foi criado um Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros (*SPHAN/pró*Memória n.º) para, de forma sistêmica, apoiar a preservação das coleções hemerográficas. Inicialmente executado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, ali se lançaram as bases para sua atuação em todo o território nacional. O Plano teve aprovação do Ministro da Educação e Cultura e do Conselho Federal de Cultural. Foi saudado pelo poeta Carlos Drummond de Andrade em crônica publicada no *Jornal do Brasil* de 08.02.1979 e em outros jornais do país: *"Aquela penosa mineração em volumes que se esfarinhavam ao toque dos dedos cede lugar a uma operação que não suja a roupa nem estraga as páginas tênues do papel atacado pelo tempo."*

Hoje, atuando no âmbito da Fundação Nacional Pró-Leitura, após seis anos ligados à Fundação Nacional *pró*Memória e transcorridos dez anos de trabalho, podemos apresentar um total de quase 5.000 (cinco mil) títulos de jornais e revistas microfilmados em sua completude, ou seja, todos os exemplares localizados, estejam eles armazenados na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ou no interior dos Estados do Acre, Goiás ou na cidade gaúcha de Caxias do Sul, entre outros.

Todas as angústias do garimpeiro nos seguem na pesquisa de localização dos exemplares, angústia que acompanhou o Prof. José Mendonça Teles perseguindo os exemplares dispersos e quase perdidos do *Matutina Meiapontense*, primeiro jornal editado em Goiás no século XIX, e os professores Marcelo e Cibelle de Ipanema para elaborarem o recém-editado *Catálogo de Periódicos de Niterói*, que indica quase 600 (seiscentos) títulos e centenas de pesquisadores que, considerando as páginas impressas periodicamente como fontes preciosas de pesquisa, participam com entusiasmo do Plano em que emprega a tecnologia aplicada em todo o mundo de microfilmagem sistêmica das coleções, democratizando o acesso e preservando o original.

A garimpagem porém decorre principalmente da inobservância de dois diplomas legais (Ah! se as leis fossem cumpridas!).

Um, histórico, internacional, transcendental, o diploma do depósito legal cujas origens remontam à Norma Portuguesa (Alvará de 12 de setembro de 1805) e ao Decreto Imperial, no Brasil de 1847 com regulamento fixado em 1853, e que teve, no início do século, a feição modernizante que nos acompanha até hoje — O Decreto 1.825, de 20.12.1907, que dispõe sobre a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional:

> "O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:
> Art. 1.º — Os administradores de oficinas de tipografia, litografia, fotografia ou gravura, situados no Distrito Federal e nos Estados, são obrigados a remeter à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar de cada obra que executarem.
> Parágrafo 1.º — Estão compreendidos na disposição legal não só livros, folhetos, revistas e jornais, mas também obras musicais, mapas, plantas, planos e estampas."

Sessenta anos depois, a atual lei de Imprensa (Lei n.º 5.250, de fevereiro de 1967) que regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação, ao lado de seus artigos que consagram a livre veiculação de idéias e a procura, o recebimento e a difusão de informações, enfatiza no seu artigo 70 a obrigatoriedade do envio dos exemplares dos jornais e outros periódicos à Biblioteca Nacional e à oficial dos estados, territórios e Distrito Federal.

Diz ainda o artigo 70:

> "As Bibliotecas ficam obrigadas a conservar os exemplares que receberem."

Não se cumpre nem o dispositivo legal de 1907 nem o de 1967.

As coleções na Biblioteca Nacional e demais bibliotecas oficiais, as chamadas Bibliotecas Públicas Estaduais, apresentam hoje falhas e faltas na maioria das vezes irrecuperáveis.

— O que podemos fazer para conscientizar os editores de jornais e revistas?

— O que podemos fazer para obrigá-los — e a palavra me parece forte — a enviar o exemplar de depósito legal?

— Demonstrar-lhes a importância das coleções hemerográficas para a pesquisa histórica?

— Falar-lhes da preservação da memória nacional na qual se insere a memória impressa?

— Solicitar apoio (apoio esse sempre escasso quando se fala de verba) ao trabalho que se realiza hoje, a nível nacional, de microfilmagem sistêmica?

— Mostrar-lhes, a todos, editores e aos próprios governantes, a importância que em quase todos os países do mundo se empresta às coleções de jornais e revistas, pois ali se espelham não só o quotidiano de vida de uma nação mas também a sua trajetória histórico-cultural, ali se registraram sonhos e decepções e se refletiram vitórias e derrotas do povo e de seus líderes, enfim, a trajetória da sociedade em seu complexo viver?

Estima-se que circulem hoje no país quase 300 (trezentos) jornais, 900 (novecentos) semanários, 200 (duzentos) quinzenários, 150 (cento e cinqüenta) de outras periodicidades e quase 1.300 revistas.

Quantos desses jornais e revistas são preservados nas Bibliotecas Estaduais e na Biblioteca Nacional? Em recente artigo, especialistas da Biblioteca Nacional — Ronaldo Menegaz e Marília Amaral Mendes Alves — concluíram que apenas cerca de 20% (vinte por cento) de jornais e 25% (vinte e cinco por cento) de revistas correntes são recebidos pela Biblioteca Nacional.

A microfilmagem sistêmica está resgatando esses exemplares que não chegam às bibliotecas junto aos próprios editores e/ou outras instituições, em um trabalho difícil e muito custoso, enfrentando todo tipo de dificuldade.

A Coordenação do Plano e todos os profissionais envolvidos no esforço integrado de preservar a imprensa brasileira sentir-se-iam gratificados se todas as pessoas interessadas em imprensa e na memória nacional nos apoiassem, e que as verbas destinadas ao Plano correspondessem mais à nossa necessidade (temos trabalhado com verbas que significam apenas 5% (cinco por cento) da nossa capacidade operacional, embora estejamos produzindo com o apoio de vários projetos e de alguns empresários da chamada grande imprensa que vêm partilhando conosco o resgate de cada exemplar das suas coleções, resgate este que é feito para a história da empresa, da comunidade, da imprensa e da Memória Nacional.

Se não é suficiente a obrigatoriedade da Lei de Depósito Legal de 1907, que se obedeça o reforço enfático da Lei de Imprensa de 1967...

Sejamos ciosos da Liberdade de Imprensa, mas ciosos também da Memória da Imprensa...

*Jornalista, advogada e Coordenadora do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, desde a sua criação.

Noticiário

Farmácia reconstituída

O universo artesanal de uma das mais antigas farmácias homeopáticas do Rio, a Teixeira Novaes, foi reconstituído exatamente como seu primeiro dono o concebeu, há mais de 130 anos — com os mesmos frascos importados, instrumentos de precisão e armários de raiz de imbuia que agora, no Museu Histórico Nacional, poderão ser conhecidos por um novo público. A Pharmacia Homeopatica Teixeira Novaes foi reinaugurada, desta vez como espaço histórico e apenas para visitação, no dia 21 de fevereiro passado, ocupando um dos cinco módulos da mostra "Colonização e Dependência", uma das exposições permanentes daquele Museu (*SPHAN* n.º 39, págs. 14 e 15).

Matriz do Pilar

Um dos mais importantes monumentos da arquitetura barroca religiosa do país, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, foi reaberta no último dia 20 de dezembro, após obras de restauração que, entre outros benefícios, recuperaram as suas instalações elétricas e dotaram o templo de um novo sistema de iluminação interna. A Matriz recebeu, ainda, nova pintura externa mais condizente com suas características originais.

As obras foram patrocinadas pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), dentro do Programa "Adote um Monumento" da SPHAN/*pró*Memória (*SPHAN* n.º 43, pág. 21 e n.º 44, pág. 20).

Inaugurada em 1733, a Igreja do Pilar é uma das primeiras expressões do barroco mineiro, após o rompimento com o barroco europeu. A arquitetura se afasta do modelo jesuítico da época (forma de cruz latina) e assemelha-se a um anfiteatro. As paredes internas são douradas e sua mais importante obra — a talha da capela — foi confeccionada pelo português Francisco Xavier de Brito, mestre do Aleijadinho.

Noticiário

Casa da Hera

Localizado no município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, o Museu Casa da Hera (*SPHAN/pró Memória* n.º 34, pág. 11) abriga em seu acervo uma das mais valiosas coleções de indumentária feminina do final do século XIX e princípio do XX. Abrangendo o período de, aproximadamente, 1870 a 1900, este acervo têxtil vem apresentando sinais de desgaste pela ação do tempo e danos causados por insetos, tornando, portanto, urgente um trabalho de recuperação.



Foto: Isabel Rocha

Casaco de lã, rebordado de algodão, de autoria de Worth, Paris

Dessa forma, a 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, responsável pela administração do Museu, iniciou no ano passado um tratamento de conservação de têxteis executado por técnicos especializados. Nesse trabalho foram tratadas 24 peças do acervo não exposto, que se encontravam em situação mais emergente, recebendo cuidados de higienização e acondicionadas em embalagens próprias. Na ocasião, as peças foram cadastradas museologicamente, fotografadas e depositadas em ambiente adequado.

O projeto, desenvolvido juntamente com outras unidades da SPHAN/*pró*Memória, como o Escritório Técnico de Vassouras e os Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya, no Rio, além do apoio de empresas privadas como o Mara Palace Hotel, de Vassouras, e Klabin do Paraná e Celulose S/A, foi executado em caráter emergencial, constituindo-se na primeira etapa de um processo de preservação. Preocupada com o valor que é atribuído à coleção do Museu Casa da Hera, como documento de uma época, a direção da 6.ª DR pretende estabelecer contatos internacionais objetivando submeter o acervo têxtil a um processo de restauração propriamente dito, preferencialmente por técnicos do Museu de Trajes de Portugal, que detêm a mais avançada tecnologia no assunto.

Corte orçamentário: pesadelo

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional *pró*Memória, após passar por um período de pesadelo em que se previa a paralisação de muitas de suas atividades, como conseqüência do corte orçamentário ditado pelo Governo Federal, respira um pouco mais aliviada ao receber uma verba suplementar de 18 milhões de cruzados novos.

A decisão do Governo de reverter esse quadro resultou de uma campanha de sensibilização desenvolvida pela Instituição que, em entrevista coletiva à imprensa, onde estiveram presentes seus principais coordenadores e dirigentes, procurou passar ao público e às autoridades governamentais a noção dos prejuízos decorrentes de um corte orçamentário no nível proposto.

A medida, aparentemente econômica, que determinou o corte de 63% do orçamento inicial, faria com que, num breve espaço de tempo, estivessem fechadas casas como o Museu Imperial, de Petrópolis, o Paço Imperial, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu da República — no ano em que se comemora o centenário da República —, no Rio de Janeiro, bem como o Museu Lasar Segall, em São Paulo, e o Museu Mello Leitão — legado de Augusto Ruschi, no Espírito Santo —, entre outros.

Estariam correndo riscos também todas as principais cidades históricas do Brasil, já que não fôram previstos recursos para os trabalhos básicos de conservação e restauro dos monumentos que nelas se encontram. São 59 cidades e conjuntos urbanos tombados, abrangendo cerca de 16.500 edificações, acrescidos de, aproximadamente, 173.000 peças artísticas. Da mesma forma, estariam desprotegidos os 5.000 sítios arqueológicos sob a responsabilidade do órgão.

Nesse trabalho de sensibilização, os dirigentes da SPHAN/*pró*Memória levantaram também a questão da demissão em massa proposta no Plano Verão. Por ser a Fundação Nacional *pró*Memória uma Instituição recente — está completando 10 anos —, muitos de seus funcionários não possuem os cinco anos exigidos para a estabilidade no emprego. Com isso, o órgão, como um todo, estaria prestes a fechar suas portas.

Com a liberação dos NCz$ 18 milhões, a SPHAN/*pró*Memória poderá dar prosseguimento às suas principais atividades essenciais de preservação do patrimônio cultural brasileiro e manter viva a memória nacional.

Memória em vídeo

Já foi finalizado o roteiro do vídeo sobre o município de Antônio Prado, fruto de convênio firmado entre a SPHAN/*pró*Memória e a Universidade de Caxias do Sul. Ainda sem título definido, a produção, que terá 30 minutos de duração, está sendo realizada pela *pró*Memória Vídeo e a 10.ª Diretoria Regional, em conjunto com o Núcleo de Produções Audiovisuais da UCS.

O vídeo sobre Antônio Prado pretende registrar aspectos que vão desde a religião até a culinária da "italiana" cidade gaúcha, passando pelo artesanato em palha de milho e trigo, pela tecelagem, sem esquecer até mesmo o típico dialeto local.

Também será viabilizada pelo convênio firmado a realização de dois *clips*, sobre patrimônio cultural e natural, cada um com um minuto de duração, que serão exibidos em televisões comerciais e educativas.

Até o momento a SPHAN/*pró*Memória já atuou em parceria com a Universidade de Caxias do Sul na produção de três vídeos: *Uvas e Vinhos*, *Azares da Sorte* e *O Fio da História* — estes dois últimos envolvendo, ainda, o Museu e o Arquivo Municipal de Caxias do Sul.

Mais detalhes a respeito desses trabalhos, podem ser obtidos diretamente na *pró*Memória Vídeo, fones (021) 253-2628 e 296-5115, ramal 246, e na 10.ª DR, fones (0512) ... 27-1188 e 25-9351.

Noticiário

Delmiro Gouveia

Após quase dois anos de trabalho, realizado através de convênio firmado, em agosto de 1987, entre a Fundação Ormeo Junqueira Botelho, a Rede Ferroviária Federal e a SPHAN/*pró*Memória, foi inaugurado, no dia 20 de fevereiro passado, o Museu Delmiro Gouveia, na cidade do mesmo nome, em Alagoas. A participação da SPHAN/*pró*Memória na instalação do novo museu vem desde o início, com o trabalho de pesquisa elaborado por técnicos da 4.ª Diretoria Regional, sediada em Recife (PE), culminando com a sua montagem, executada pela Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos.

O museu, que resgata a memória do empresário, pioneiro na industrialização do Nordeste, tem oito mil metros quadrados, grande parte a céu aberto. Situa-se no final da fábrica de linhas que Delmiro Gouveia montou, em 1914, local onde funcionava a antiga estação ferroviária de Pedra (nome do distrito de Água Branca que, em 1952, se tornou município e passou a chamar-se Delmiro Gouveia).

Cercado por palmas forrageiras, o pátio externo do museu reúne peças seculares, como a locomotiva e as máquinas adquiridas por Delmiro Gouveia na Inglaterra e que foram utilizadas na própria fábrica e em benefício da população. Há, por exemplo, uma caldeira que gerava o vapor que acionava as máquinas da indústria e uma bomba para limpeza de esgotos domésticos, impulsionada manualmente e que despejava os dejetos nas carroças puxadas por animais, muito importante para a população no início do século, por não dispor de rede de saneamento. A prensa de madeira, para fundir couro de animais para exportação, caracteriza o início da vida empresarial de Delmiro Gouveia, ainda em Recife, onde conseguiu crescer e ficar conhecido como exportador de peles.

O prédio da estação foi restaurado, assim como a locomotiva, e em uma de suas salas é exibida, através de circuito direcionado de foco de luz e som, a biografia de Delmiro Gouveia, mostrando como construiu a fábrica até a sua morte, em 1917, assassinado, quando lia um jornal na varanda de sua casa. A outra sala reúne acervo doado pela Rede Ferroviária Federal, incluindo todo o equipamento utilizado na estação.

Na sala de exposições permanentes, a história de Delmiro Gouveia é mostrada através de fotos, painéis e móveis usados em sua fábrica. A construção da indústria é contada detalhadamente e o escritório do empresário é apresentado em um grande painel em preto e branco. Há uma vitrina no centro da sala exibindo fotografias de Delmiro Gouveia com a família, painéis da fábrica original e os seis livros publicados por autores regionais retratando a sua vida. Sua caneta, escrivaninha e cadeira compõem o acervo.

Conjunto dos Reis Magos

A 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, junto com a Universidade Federal do Espírito Santo, pretende concluir ainda este ano as obras de restauração do Conjunto dos Reis Magos — Igreja e Residência —, localizado em Nova Almeida, município de Serra, no Estado do Espírito Santo.

Em janeiro do ano passado, a população local teve de volta a Igreja dos Reis Magos (*SPHAN/pró*Memória n.º 38, pág. 22) restaurada, hoje em pleno funcionamento.

Em andamento, além das instalações elétricas e hidráulicas de todo o conjunto, está o trabalho na Residência dos Reis Magos, que consta de acabamento da cobertura e implantação do novo uso do imóvel. Segundo o Diretor da 6.ª DR, arquiteto Sabino Barroso, o antigo colégio de jesuítas será adaptado para se transformar em centro sócio-cultural, onde terão lugar atividades como exposições, cursos e espetáculos musicais, entre outras.

Na opinião de Sabino Barroso, o Conjunto dos Reis Magos, datado do final do século XVI, é um dos monumentos religiosos mais representativos da história, por se constituir em um dos primeiros colégios jesuíticos fundados no país e também um dos que se encontram em melhor estado de conservação.



Foto: Arquivo SPHAN/proMemória

Memória na estação

A Rede Ferroviária Federal, através de sua Regional em Minas Gerais, demonstrou que continua estimulada a apoiar as atividades desenvolvidas na área da preservação cultural. Recentemente, a RFF cedeu, em contrato de comodato, 12 salas situadas no andar superior da Estação Central, em Belo Horizonte, para a SPHAN/*pró*Memória instalar sua 7.ª Diretoria Regional.

Funcionando atualmente em uma casa à Rua Espírito Santo, 1.439, a 7.ª DR, para ocupar o novo espaço, terá que realizar ainda algumas reformas, como recuperação do telhado, por exemplo. Para ampliação do espaço interno serão instalados mezaninos, já que o pé direito do prédio, datado do início do século, é bastante alto. O contrato assinado pelas duas entidades tem a duração de dez anos.

Cartas

"Tive agora a satisfação de receber o n.º 40 do Boletim SPHAN/*pró*Memória, *que mais uma vez me veio dar notícia das atividades que a Fundação Nacional pró*Memória *vem desenvolvendo para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.*

Congratulo-me intensamente com o triunfo conseguido no caso do hotel em Porto Seguro e exprimo os meus votos para que seja obtido igual sucesso no que respeita às outras infrações registradas na mesma cidade.

Tenho a lamentar a falta do Boletim *n.º 39, que ainda não recebi — talvez se tenha extraviado. Muito reconhecido ficaria pela gentileza do envio desse exemplar, para poder completar a minha coleção."*
— Fernando Batalha — Lisboa — Portugal.

"Em nome da Secretaria Municipal de Educação agradecemos a remessa do Boletim SPHAN/*pró*Memória *e, ao mesmo tempo, gostaríamos de parabenizá-los pela excelente qualidade e utilidade de seus Boletins.*

O Departamento de Documentação e o Setor de Memória da Prefeitura Municipal de São João del-Rei foram criados na atual administração, nada havendo nessa área anteriormente. Gostaríamos de entrar em contato com cidades que já possuam um centro de documentação para troca de experiências. Solicitamos, assim, endereços para correspondência.

Atualmente, estamos nos empenhando num projeto para criação de um centro cultural. Embora São João del-Rei seja considerada uma cidade histórica onde há áreas e imóveis tombados pelo Patrimônio, é carente da preservação de sua história, de seus imóveis e de sua documentação, que se vêm perdendo ao longo do tempo. Este centro cultural tem como um dos objetivos a preservação de documentos históricos. Porém, enquanto isso não acontece, pois o projeto ainda está em fase inicial, gostaríamos de tomar conhecimento de centros de documentação já existentes.

Havendo possibilidade, gostaríamos de receber os números anteriores que nos serão de grande valor."
— Maria José Fonseca — Chefe do Departamento de Documentação da Prefeitura Municipal de São João del-Rei (MG).

"La Dr.ª Inês Maria Flores, Directora del Museo de Arte, saluda atentamente y agradece el gentil envío de la publication SPHAN/*pró*Memória *42. Es especialmente muy valedero para el desenvolvimiento de los museos de Ecuador el tema de este encuentro "Museus Nacionais: perfil e perspectivas", pues nuestros problemas son comunes en muchos aspectos y por ello este aporte q'lo hasé conocer en la próxima reunión de la ASEM — Asociación Ecuatoriana de Museos. En la actualidad estoy en comisión de Serviços del Banco Central a la Casa de la Cultura Ecuatoriana, justamente para reorganizar los Museos Nacionales."*
— Dr.ª Inês Maria Flores — Guayaquil — Quito — Equador.

"Sou professora e gostaria de ter meu nome incluído entre as pessoas que recebem essa excelente revista d que recebem essa excelente revista da qual só vim a tomar conhecimento pesquisando na biblioteca da universidade que estudo. Se porventura houver números atrasados em disponibilidade, gostaria de recebê-los."
— Angelina Iglesias Veiga — São Paulo (SP).

*"Tomamos a deliberação de solicitar a gentileza de incluir em seu cadastro de expedição o recém-ativado Serviço Municipal para Assuntos Culturais, para que possamos receber os exemplares da revista cultural produzida pela SPHAN/pró*Memória*."*
— Professor Telmo Marin dos Reis — Serviço Municipal para Assuntos Culturais da Prefeitura Municipal de Dom Pedrito (RS).

A equipe do *Boletim SPHAN/pró*Memória agradece a correspondência recebida e compromete-se em atender, desde já, as solicitações enviadas. Os assuntos não relacionados a esta editoria serão devidamente encaminhados aos setores competentes da SPHAN/*pró*Memória, para possíveis providências.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA CULTURA
José Aparecido de Oliveira

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓMEMÓRIA
Augusto Carlos da Silva Telles

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO
Rodney Dias Ribeiro
Maria da Graça Nobre Mendes
Marcus Vinícius De Lamônica Freire
Francisco Cereto
Sylvio Clemente da Motta

REVISÃO
Sylvio Clemente da Motta

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier e Gioietta Timóteo

PESQUISA E EXPEDIÇÃO
Denise Taveira do Couto

COLABORAÇÃO
Marcos Cambraia